

# Presidente diz que País supera crise em 90 dias

Fernando Henrique garante a aliados que inflação não vai retornar

Líderes esperam, agora, resposta "efetiva" da equipe econômica

O presidente Fernando Henrique Cardoso manifestou ontem a sua expectativa de que a crise econômica que o Brasil atravessa vai reverter em 90 dias e que o País voltará a crescer no final deste semestre. Ao se encontrar com os líderes aliados na Câmara - para agradecer a aprovação na quarta-feira do projeto dos inativos como parte do programa de ajuste fiscal - o Presidente disse que o Brasil atravessa uma "turbulência transitória", mas que insistirá na defesa da moeda. "Não haverá inflação", garantiu Fernando Henrique aos líderes dos partidos de sua base aliada no Congresso.

A revelação da expectativa da reversão da crise foi feita após um comentário do líder do PMDB, Geddel Vieira Lima (BA) - inicialmente entre os demais líderes e depois na presença de Fernando Henrique - de que agora a "equipe econômica podia dar uma resposta efetiva" já que o Congresso estava aprovando os instrumentos que o Governo pedira. "O Presidente concordou com o que eu comentei e afirmou que os juros vão baixar", confirmou Geddel. O líder do Governo na Câmara, Arnaldo Madeira (PSDB-SP), contou que "o Presidente deixou claro que espera que o Brasil supere as dificuldades muito breve".

O que os líderes negam - conforme chegou a ser noticiado por algumas agências - é que tenha sido dado um prazo de 90 dias para que a equipe econômica acerte o rumo. "Não houve ultimato", desmente Geddel. "Não teve conversa sobre mudança da equipe econômica", confirma Madeira. "O Presidente disse que chegou o momento da queda dos juros e está confiante no papel do Ministério do Desenvolvimento Industrial para a retomada do crescimento", disse Madeira.

A reunião com os líderes governistas serviu não apenas para que o Presidente agradecesse o trabalho na aprovação do ajuste fiscal mas para que as lideranças dos partidos mostrassem a "sensação do dever cumprido". Segundo o líder Paulo Heslander (PTB-MG), "a classe política acha que já cumpriu o seu dever de casa". A conversa durou 40 minutos, terminando pouco antes do meio-dia. Participaram também os líderes Inocêncio Oliveira (PFL-PE), Odelmo Leão (PPB-MG) e Aécio Neves (PSDB-MG), além dos ministros Renan Calheiros (Justiça), Eliseu Padilha (Transportes), Pimenta da Veiga (Comuni-



GEDDEL: sem ultimato

cações), Waldéck Ornelas (Previdência) e Francisco Dornelles (Trabalho e Emprego).

## Estratégia

Outra finalidade do encontro foi a necessidade de discutir com a base partidária a aprovação da CPMF na Câmara o quanto antes, repetindo o êxito do projeto dos inativos, que foi elaborado por uma comissão informal de deputados indicados pelos partidos. "Foi a primeira experiência, mas toda a matéria que envolve um certo grau de complexidade exige um maior envolvimento político", disse o líder Madeira. A previsão do Governo, mantidos os prazos atuais, é que a CPMF seja aprovada no final de março, entrando em vigor 90 dias depois.

Ontem, a emenda constitucional que prorroga a vigência e as alíquotas dessa contribuição foi lida no plenário da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, primeiro passo após a remessa pelo Senado, onde já foi aprovada em dois turnos. Mas o deputado José Genoíno (PT-SP) pediu vistas, dentro do propósito da oposição de retardar a tramitação, o que levou os governistas Ney Lopes (PFL-RN) e Vilmar Rocha (PFL-GO) a também usarem este recurso. O prazo termina na quarta-feira, quando será votada a admissibilidade constitucional da emenda. O relator dentro da CCJ é o deputado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

## Inativos

No Senado, o projeto dos inativos, que foi remetido ontem pela Câmara, teve sua urgência aprovada pelos senadores e irá à votação na terça-feira, cumprindo as duas sessões (hoje e segunda-feira) de intervalo mínimo - a urgência no Senado é diferente da da Câmara. "O prazo máximo é quarta-feira", anunciou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, avisando que não admitirá atrasos.

Segundo os governistas, os senadores vão escolher, na terça-feira, um relator de plenário e aprovarão o projeto sem modificações, rejeitando todas as emendas que a oposição vier a apresentar. Não é um capricho ou apenas vontade de agradar o Governo: se houver emendas, o texto voltará à Câmara, deixando o Governo em situação delicada perante os investidores externos.

SÓCRATES ARANTES

Repórter do Jornal de Brasília